

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

---

2015





# RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

## ÍNDICE

Relatório Balanço 2015	4
Prestação Contas do Exercício 2015	
1. Balanço Individual	9
2. Demonstração dos Resultados Por Naturezas	10
3. Demonstração de Fluxos de Caixa	11
4. Demonstração das Alterações no Capital Próprio	12
5. Anexo às Demonstrações Financeiras	13
6. Relatório do Conselho Fiscal	23
7. Certificação Legal de Contas	26

## RELATÓRIO BALANÇO 2015

---

1. Cotejando os objetivos elencados no Plano de Atividades para 2015 com o Balanço respetivo que agora pomos à consideração dos cooperadores, conclui-se que o saldo é positivo.

2. Relativamente ao realizado, há a destacar:

a) A existência de uma maior proximidade dos artistas com a **GDA**, por via da implementação do novo sistema integrado de gestão para a distribuição de direitos – **PORTAL GDA** -, o qual garante a sua maior transparência e justiça. Com ele, a intenção com os cooperadores veio permitir que estes passassem a poder consultar as respetivas contas e a declarar reportório. Através do **PORTAL GDA**, também as opiniões, sugestões e críticas passaram a ser possíveis, constituindo um meio para nos ajudar a melhorar;

b) A aprovação em março, depois de muita polémica, da Lei da Cópia Privada que, embora não contemple todas as propostas por nós defendidas, possibilita um aumento de receitas que, na parte respeitante aos direitos, serão contabilizadas em 2016.

Dentro da mesma iniciativa legislativa, foi também aprovada a Lei nº 26/2015 de 14 de abril, que regula as Entidades de Gestão Coletiva dos Direitos de Autor e dos Direitos Conexos, determinando que as mesmas pratiquem políticas de transparência e utilizem instrumentos para melhor cobrar e distribuir os direitos, práticas que, todavia, já são seguidas pela **GDA**;

c) Dando cumprimento à Lei das Entidades de Gestão Coletiva, foi iniciado um processo negocial entre as entidades que representam os Autores, os Artistas e os Produtores (**SPA**, **GDA**, **AUDIOGEST** e **GEDIPE**) visando a criação de um **Balcão de Licenciamento Conjunto**, permitindo a cobrança comum de

diversos direitos; as implicações estatutárias emanadas tanto desta nova Lei como do teor da revisão do Código Cooperativo, recentemente aprovadas, impôs à GDA adaptação e adequação do seu objeto, bem como a alteração integral de certos aspectos dos Estatutos;

d) A assinatura do protocolo com os representantes dos hotéis, em janeiro, de que também foram subscritores a **GEDIPE** e a Confederação do Turismo de Portugal, bem como, do acordo com o grupo da Renascença;

e) A continuação das cobranças conjuntamente com os produtores fonográficos (**AUDIOGEST**), feitas sob a designação **PASSMÚSICA** e com os produtores de audiovisual (**GEDIPE**), cujas receitas, refletidas nas contas agora apresentadas a escrutínio, nos deixam otimistas quanto ao futuro;

f) O apuramento dos valores para a distribuição dos fonogramas e do Mode de 2013, bem como, do internacional (fonogramas 2013);

g) A aprovação das condições apresentadas pela empresa que irá realizar as obras de adaptação de espaço onde irá funcionar a **GDA** e a Fundação, estando previsto que tal aconteça em dezembro de 2016;

h) Promovemos com os nossos parceiros europeus e sob a égide da **AEPO-ARTIS** a campanha em favor da petição **Fair Internet For Performers**. Esta campanha visa corrigir o facto de os Artistas não estarem a ser devidamente recompensados quando as suas prestações artísticas são exploradas em ambiente digital. A petição ainda decorre e neste momento tem 23.811 subscritores.

**3.** No que concerne aos objetivos programados e não concretizados, é nossa obrigação referir:

- a) O impasse que persiste nos litígios judiciais com as três operadoras de televisão, bem como, nas negociações com a PT e a NOS, cujo desfecho, sempre aguardado, torna impossível prever quando teremos as cobranças normalizadas;
- b) Que as distribuições do audiovisual de 2011 e 2012 tivessem de ser adiadas para o corrente ano, uma vez que a quantidade de obras a analisar e, sobretudo, a disparidade de características das mesmas, não permitiram que o respetivo cálculo se efetuasse no prazo previsto.
- 4.** Merece que fique registada a distribuição especial resultante dos valores de direitos prescritos, no montante de € 2.000.000, tendo sido abrangidos 4048 cooperadores. Destes 1410 receberam € 869.054,04, até 31 dezembro.
- 5.** Os vencimentos dos empregados da GDA tiveram uma atualização média de 2,5%.
- 6.** Uma muito especial homenagem por parte da Direção a todos os que, pela sua postura pessoal e profissional, contribuíram para o fortalecimento da Cooperativa, indispensável para que cada vez mais continue a merecer a confiança dos seus membros, cujo número de inscritos ativos, em 31 dezembro de 2015, está espelhado no quadro seguinte.

## FICHA TÉCNICA

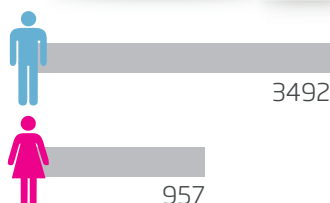
Membros inscritos até 31 de dezembro 2015

Total de membros **6093**

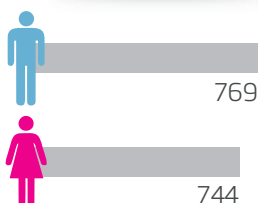
Cooperadores **5124**

Administradores **969**

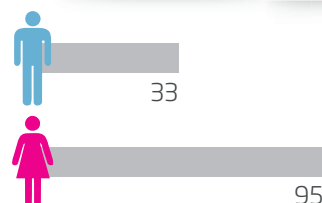
Músicos **4452**



Atores **1513**



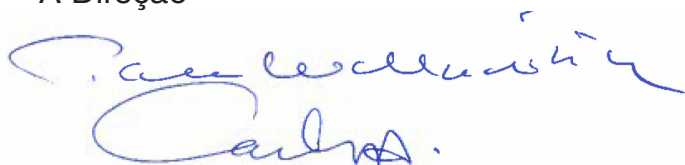
Bailarinos **128**



Em 31 de dezembro de 2014, o total de membros inscritos era de 5.552 membros.

Lisboa, 18 de março de 2016

A Direção



# PRESTAÇÃO CONTAS DO EXERCÍCIO **2015**

## BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

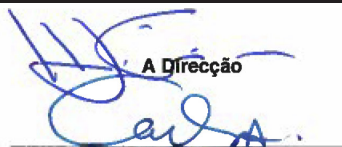
UNIDADE MONETÁRIA €

RUBRICAS	NOTAS (Anexo)	DATAS	
		31/12/2015	31/12/2014
<b>ACTIVO</b>			
<b>ACTIVO NÃO CORRENTE</b>			
Activos Fixos Tangíveis	5.1	1 725 810,86	1 758 042,13
Activos Fixos Intangíveis	5.2	267 653,18	0,00
Activos Fixos Tangíveis - Em Curso	5.3	80 008,48	31 973,10
Investimentos Financeiros		719,51	281,00
		2 074 192,03	1 790 296,23
<b>ACTIVO CORRENTE</b>			
Clientes		2 578 440,54	938 321,24
Estado e Outros Entes Públicos	6	21 437,42	146 643,78
Outras Contas a Receber	8	5 344,96	9 535,82
Diferimentos	7	31 184,64	24 121,45
Outros Activos Financeiros	4	16 525 521,28	16 820 190,05
Caixa e Depósitos Bancários	4	779 384,17	327 222,71
		19 941 313,01	18 266 035,05
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>22 015 505,04</b>	<b>20 056 331,28</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital Ordinário	9	119 339,99	109 839,99
Outros Instrum.de Capital Próprio-PS		410 797,16	410 797,16
		530 137,15	520 637,15
Resultado Líquido do Período		0,00	0,00
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>530 137,15</b>	<b>520 637,15</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>			
Financiamentos Obtidos	5.4	730 918,38	793 266,27
		730 918,38	793 266,27
<b>PASSIVO CORRENTE</b>			
Fornecedores		37 664,42	42 735,06
Estado e Outros Entes Públicos	6	44 993,94	49 925,14
Financiamentos Obtidos	5.4	61 048,68	93 598,18
Outras Contas Pagar	8	20 610 742,47	18 556 169,48
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>21 485 367,89</b>	<b>19 535 694,13</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<b>22 015 505,04</b>	<b>20 056 331,28</b>

O Técnico Oficial de Contas



A Direcção



## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE RESULTADOS POR NATUREZAS PERIODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

UNIDADE MONETARIA €

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS ( Anexo )	PERIODOS	
		Ano 2015	Ano 2014
Vendas e Serviços Prestados	10	1 544 906,05	1 025 241,66
Subsídios à Exploração	11	139 986,75	0,00
Fornecimentos e Serviços Externos	12	-578 658,49	-520 566,70
Gastos Com o Pessoal	15	-1 159 489,70	-1 077 397,68
Outros Rendimentos e Ganhos	16	323 171,12	28 433,87
Outros Gastos e Perdas	17	-175 430,37	-74 385,46
<b>Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos</b>		<b>94 485,36</b>	<b>-618 674,31</b>
Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização	5	-170 398,49	-38 785,81
<b>Resultado Operacional Antes de Gastos de Financiamento e Impostos</b>		<b>-75 913,13</b>	<b>-657 460,12</b>
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	18.2	239 751,00	894 227,35
Juros e Gastos Similares Suportados	18.1	-145 415,04	-220 616,41
<b>Resultados Antes de Impostos</b>		<b>18 422,83</b>	<b>16 150,82</b>
Imposto Sobre o rendimento do Período		18 422,83	16 150,82
<b>Resultado Líquido do Período</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

O Técnico Oficial de Contas



A Direcção



GDA - D. RESULTADOS 2015

## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

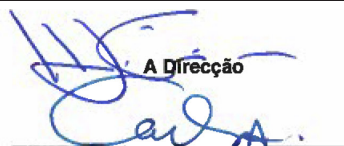
Unidade monetária: €

	NOTAS	DATA 2015	DATA 2014
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes		4 859 044,07	3 887 177,52
Pagamentos a fornecedores		-973 906,32	-1 227 923,49
Pagamentos ao pessoal		-614 628,83	-574 295,56
Pagamento de Direitos / Cooperadores		-1 708 822,40	-937 216,23
Caixa gerada pelas operações		1 561 686,52	1 147 742,24
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-540 411,81	-555 019,24
Outros recebimentos/pagamentos		-43 698,11	-38 713,74
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		977 576,60	554 009,26
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-52 396,08	-10 190,65
Activos intangíveis		-401 459,70	
Investimentos financeiros			-901 251,56
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		400,00	
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares	18.2	239 751,00	894 227,35
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-213 704,78	-17 214,86
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	9	9 500,00	8 300,00
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-132 097,21	-624 865,82
Juros e gastos similares	18.1	-145 415,04	-220 616,41
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento		-43 698,11	-42 488,76
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-311 710,36	-879 670,99
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		452 161,46	-342 876,59
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		327 222,71	670 099,30
Caixa e seus equivalentes no fim do período		779 384,17	327 222,71

O Técnico Oficial de Contas



A Direcção



## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Unidade Monetária €

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Proprio				Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Outros Instrum. Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	1	109 839,99	4 10 797,16	0,00	0,00	520 637,15
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	2				0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						
REALIZAÇÃO DE CAPITAL - COOPERADORES	3	9 500,00				9 500,00
		9 500,00	0,00	0,00	0,00	9 500,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015	4=1+2+3	119 339,99	4 10 797,16	0,00	0,00	530 137,15

O Técnico Oficial de Contas



A Direcção



GDA - ALTERAÇÕES AO CAPITAL 2015

# ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS **2015**

## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

---

### 1. INTRODUÇÃO

A GDA - Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes ou Executantes, CRL, com sede na Rua Joaquim Agostinho nº14-B em Lisboa, NIPC 503 594 504, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o Nº. 6151, foi constituída no ano de 1996 e tem como objecto social a Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes ou Executantes.

### 2.REFERENCIALCONTABILISTICODEPREPARAÇÃODASDEMONSTRAÇÕES FINANCEIRA

As Demonstrações Financeiras do exercício de 2015 foram preparadas no quadro das disposições em vigor, vertidas no Decreto-Lei 158/2009 que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística- SNC e de acordo com a estrutura conceptual, Nomas Contabilísticas e de Relato Financeiros - NCRF aplicáveis, normas interpretativas e Portaria 1011/2009 que aprovou o Código de Contas.

### 3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das Demonstrações Financeiras são as seguintes:

**3.1** As Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respectivos documentos de suporte, mantidos de acordo com as NCRF em vigor á data da sua elaboração.

**3.2** Os activos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2009, estão registados ao custo de aquisição. As respectivas reintegrações foram calculadas

pelo método das quotas constantes, de acordo com as taxas máximas permitidas pelo Decreto regulamentar, Nrº 2/90 de 12 de Janeiro. Os Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis adquiridos a partir de 1 de Janeiro de 2010 estão registados ao custo de aquisição. As respectivas depreciações foram calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as taxas máximas permitidas pelo Decreto regulamentar Nº. 25/2009 de 14 de Setembro, tendo sido adoptado o disposto no artigo 19º do referido Decreto Regulamentar relativamente aos bens de reduzido valor (unitário = € 1000) amortizados no período de aquisição na sua totalidade.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil:

Designação	Anos
Edifícios e Outras Construções	8 - 50
Equipamento Básico	5 - 10
Equipamento Transporte	4
Equipam. Administrativo e Software	1 - 10

### 3.3 LOCAÇÕES

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução de responsabilidade.

### 3.4 ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes facturados, são registadas nas rubricas das contas de Outros Devedores e Credores e contas de Diferimentos.

### 4. FLUXOS DE CAIXA

	Ano 2015	Ano 2014
Numerário	1.696,51	1.411,90
Depositos Bancários Imediatamente Mobilizáveis	777.687,66	325.810,81
Sub-Total	<b>779.384,17</b>	<b>327.222,71</b>
Depositos a Prazo	5.079.468,22	7.666.297,16
Aplicações de Tesouraria	11.446.053,06	9.153.892,89
Sub-Total	<b>16.525.521,28</b>	<b>16.820.190,05</b>
	<b>17.304.905,45</b>	<b>17.147.412,76</b>

### 5. ACTIVO NÃO CORRENTE

#### 5.1 - Activos Fixos Tangíveis

ACTIVOS	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações e abates	Saldo Final
Terrenos	412.500,00	0,00	0,00	412.500,00
Edifícios	1.484.383,26	0,00	0,00	1.484.383,26
Equipamento Básico	1.659,28	0,00	0,00	1.659,28
Equip. Transporte	113.850,61	0,00	0,00	113.850,61
Ferramentas e Utensílios	1.658,91	0,00	0,00	1.658,91
Equip.Administrativo	299.130,26	4.360,67	4.387,03	299.103,90
Outras Imobilizações	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2.313.182,32</b>	<b>4.360,67</b>	<b>4.387,03</b>	<b>2.313.155,96</b>

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	Saldo Inicial	Reforço do Exercício	Regularizações	Saldo Final
Edifícios	181.226,90	5.778,39	0,00	187.005,29
Equipamento Básico	1.659,28	0,00	0,00	1.659,28
Equip. Transporte	83.734,93	22.695,65	0,00	106.430,58
Ferramentas e Utensílios	1.658,92	0,00	0,00	1.658,92
Equip. Administrativo	286.860,13	8.117,93	4.387,03	290.591,03
<b>Total</b>	<b>555.140,16</b>	<b>36.591,97</b>	<b>4.387,03</b>	<b>587.345,10</b>

**ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS - VALOR LÍQUIDO** **1.725.810,86**

## 5.2 - Activos Fixos Intangíveis

ACTIVOS	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações e abates	Saldo Final
Sistema Informático "Rider Solution"	0,00	401.459,70	0,00	401.459,70
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>401.459,70</b>	<b>0,00</b>	<b>401.459,70</b>

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	Saldo Inicial	Reforço do Exercício	Regularizações	Saldo Final
Sistema Informático "Rider Solution"	0,00	133.806,52	0,00	133.806,52
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>133.806,52</b>	<b>0,00</b>	<b>133.806,52</b>

**ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS - VALOR LÍQUIDO** **267.653,18**

## 5.3 - Activos Fixos Em Curso – Edifício Defensores de Chaves 80.008,48€

## 5.4 Bens em regime de Locação Financeira em 31-12-2015:

	Valor de Compra	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido Contabilístico
Terrenos	325.000,00	0,00	325.000,00
Edifícios	1.069.900,00	0,00	1.069.900,00
Equipamento Transporte	61.102,72	61.102,72	0,00
<b>Total</b>	<b>1.456.002,72</b>	<b>61.102,72</b>	<b>1.394.900,00</b>

Os valores dos pagamentos das Locações Financeiras a efectuar são detalhados conforme se indica:

	Pagamentos	
	Capital	Juros
Pagamentos até 1 Ano	61.048,68	31.662,19
Pagamentos a mais de 1 Ano	730.918,38	65.782,65
	<b>791.967,06</b>	<b>97.444,84</b>

## 6. ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS

	Ano 2015		Ano 2014	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
<b>IRC- Imposto S/Rendimento Pessoas Colectivas</b>				
Pagam.Especial P/Conta	184,41		774,74	
A Reembolsar/Receber	18.766,90		143.382,93	
<b>IRS- Imposto S/Rendimento Pessoas Singulares</b>	2.486,11	20.158,00	2.486,11	18.802,90
<b>IVA- Imposto S/Valor Acrescentado</b>		2.359,21		9.526,96
<b>Contribuições P/Segurança Social</b>		22.421,53		21.569,68
<b>Fundos de Compensação</b>		55,20		25,60
<b>Total</b>	<b>21.437,42</b>	<b>44.993,94</b>	<b>146.643,78</b>	<b>49.925,14</b>

## 7. DIFERIMENTOS

As rubricas do Activo Corrente na conta Diferimentos apresentavam os seguintes valores:

	Ano 2015	Ano 2014
<b><u>Gastos a Reconhecer</u></b>		
Rendas de Edifícios	1.110,73	1.020,73
Seguros	12.364,78	7.698,77
Outros Custos	17.709,13	15.401,95
<b>Total</b>	<b>31.184,64</b>	<b>24.121,45</b>

## 8. OUTRAS CONTAS A RECEBER / PAGAR

	2015		Ano 2014	
	ACTIVO	PASSIVO	ACTIVO	PASSIVO
Remunerações a Liquidar		154.567,78		147.351,71
Fundo Legal-Reserva Contencioso		828.154,20		864.727,31
Fundo Reserva - F.Social		181.717,72		181.709,43
Fundo Reserva - F.Cultural		8.932,55		8.932,55
Fundo Cultural - AGE COP		229.876,83		141.325,21
Receitas Estatutárias Art. 8º Fundação GDA		468.609,60		0,00
Facturação em Análise		467.586,72		0,00
Reclamações e Prescrições		1.290.736,45		692.126,38
Direitos a Distribuir (a)		15.833.127,70		14.757.734,36
Outros Valores	5.344,96	1.147.432,92	9.535,82	1.762.262,53
<b>Total</b>	<b>5.344,96</b>	<b>20.610.742,47</b>	<b>9.535,82</b>	<b>18.556.169,48</b>

(a) Os valores incluídos nestas rubricas correspondem aos direitos já cobrados e pendentes de pagamento aos respectivos titulares, bem como os que ainda aguardam análise e tratamento para colocação à disposição dos mesmos;

## 9. CAPITAL SOCIAL – AUMENTOS

O capital social registou um aumento de € 9 500,00, integralmente realizado, por entrada de 380 novos Cooperadores.

## 10. REPARTIÇÃO DO VALOR DA FACTURAÇÃO DE DIREITOS EMITIDA NO EXERCÍCIO

FATURAÇÃO TOTAL	TAXA ADMINISTRAÇÃO 26%	FUNDAÇÃO GDA	FUNDO LEGAL	VALORES A DISTRIBUIR	
				Fonogramas	Audiovisual
5.941.946,36	1.544.906,05	802.970,23	297.097,31	2.221.203,40	1.075.769,37

## 11. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS PROVEITOS

	Ano 2015	Ano 2014
<b><u>Prestações de Serviços</u></b>		
Taxa Administração	1.544.906,05	1.022.151,18
Apoio Estágio IEFP	6.180,23	3.090,48
Apoio ao Investimento- GDA	133.806,52	0,00
<b>Total</b>	<b>1.684.892,80</b>	<b>1.025.241,66</b>

## 12. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Detalhe das principais rubricas a Conta Fornecimentos e Serviços Externos:

	Ano 2015	Ano 2014
Trabalhos especializados -honorários	355.216,99	266.155,34
Publicidade e propaganda	1.057,65	3.972,44
Honorários - rv	56.318,00	86.649,75
Conservação e reparação	5.788,41	5.860,25
Outros fornec. Serviços	4.709,30	5.945,29
Ferramentas e utensílios de de	9.953,42	3.341,52
Material de escritório	15.375,35	15.690,79
Artigos para oferta	459,96	100,00
Electricidade	9.344,85	9.114,79
Combustíveis	3.398,74	2.728,79
Deslocações e estadas	36.803,17	25.512,22
Rendas e alugueres	22.914,23	23.277,52
Comunicação	32.524,30	38.729,64
Seguros	7.213,51	6.670,26
Despesas de representação	9.255,11	18.439,93
Limpeza, higiene e conforto	8.325,50	8.378,17
<b>Total</b>	<b>578.658,49</b>	<b>520.566,70</b>

## 13. VOLUME DE EMPREGO

Durante o exercício de 2015, a GDA teve ao seu serviço, em média 31 Colaboradores.

## 14. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

	Membros da Direcção	
	Ano 2015	Ano 2014
Remunerações	<u>242.981,98</u>	<u>239.129,65</u>

## 15. GASTOS COM PESSOAL

Detalhe da rubrica Gastos com Pessoal:	Ano 2015	Ano 2014
Remunerações	883.595,74	829.592,94
Encargos Sobre Remunerações	192.760,68	181.265,48
Outros Gastos C/Pessoal	83.133,28	66.539,26
<b>Total</b>	<b>1.159.489,70</b>	<b>1.077.397,68</b>

## 16. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

	Ano 2015	Ano 2014
Prestação Serviços - Representação	28.252,86	28.433,87
Ganhos em Aplicações Financeiras	279.191,65	0,00
Outros Ganhos	15.726,61	0,00
<b>Total</b>	<b>323.171,12</b>	<b>28.433,87</b>

## 17. OUTROS GASTOS E PERDAS

	Ano 2015	Ano 2014
Impostos Directos - IMI	2.356,83	1.564,18
Impostos Indirectos - IVA, IS, IUC	30.391,09	46.405,00
Donativos	900,00	600,00
Quotizações	48.725,55	24.595,00
Perdas em Aplicações Financeiras	87.396,22	0,00
Outros Gastos	5.660,68	1.221,28
<b>Total</b>	<b>175.430,37</b>	<b>74.385,46</b>

## 18. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

### 18.1 Gastos e Perdas Financeiras:

	<u>Ano 2015</u>	<u>Ano 2014</u>
Juros Suportados	26.431,19	28.030,55
Despesas C/Serviços Bancários	20.548,27	36.825,98
Encargos c/ gestão de aplicações financeiras	98.435,58	114.531,69
Perdas em aplicações financeiras	0,00	41.228,19
<b>Total</b>	<b>145.415,04</b>	<b>220.616,41</b>

### 18.2 Juros e Outros Rendimentos Financeiros :

	<u>Ano 2015</u>	<u>Ano 2014</u>
Juros Obtidos - Depósitos	113.764,15	550.689,34
Juros Obrigações	95.236,38	137.580,63
Aplicações Financeiras - Dividendos	29.645,89	10.730,37
Outros Financiamentos	1.104,58	0,00
Ganhos em aplicações financeiras	0,00	195.227,01
<b>Total</b>	<b>239.751,00</b>	<b>894.227,35</b>

O Técnico Oficial de Contas



A Direcção



# RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL **2015**

## RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL 2015

---

Aos dezoito dias do mês de março de dois mil e dezasseis, reuniu o Conselho Fiscal da **GDA** – Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes ou Executantes, CRL, na sua sede social, sita na Rua Joaquim Agostinho, número catorze, Letra B, em Lisboa, estando presentes todos os membros.

O Conselho Fiscal apreciou o Relatório de Atividades, o Balanço e a Demonstração de Resultados relativos ao ano de 2015, tendo decidido emitir o seguinte Relatório e Parecer:

### RELATÓRIO

---

**Ponto um** – Nos termos da lei e dos estatutos, cumpre-nos apresentar o nosso Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço e a Demonstração de Resultados e o Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados apresentada pela Direção da **GDA**, Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes ou Executantes, CRL, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

**Ponto dois** – O Conselho Fiscal acompanhou ao longo do exercício a gestão da cooperativa e procedeu no final do exercício à apreciação do Relatório das Contas apresentadas, tendo obtido da Direção todos os esclarecimentos solicitados.

**Ponto três** – Nos termos da legais, o Revisor Oficial de Contas, que integra o Conselho Fiscal, procedeu aos exames que achou convenientes, tendo emitido a Certificação Legal de Contas, com cujo conteúdo manifestamos a nossa concordância. O Conselho analisou ainda o relatório de fiscalização, que deverá ser considerado parte integrante do presente relatório.

Ponto quatro – O Conselho Fiscal congratulou-se com o facto da taxa de administração ter baixado para 26% face à projetada no orçamento de 35%.

Ponto cinco – Após o encerramento das contas, procedemos à apreciação do Relatório de Atividades, elaborado pela Direção, que traduz de modo adequado a atividade, a evolução e a situação da nossa Cooperativa.

## PARECER

---

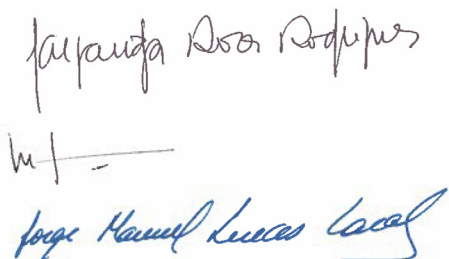
Assim e como resultado das informações recebidas, tendo em consideração os documentos elaborados pelo referido Revisor de Contas, somos de parecer que:

**Primeiro** – Sejam aprovados o Balanço e Contas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, bem como o Relatório da Direção.

**Segundo** – Seja aprovado valor do resultado do exercício que é nulo.

Lisboa, 18 de março de 2016

O Conselho Fiscal



# CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS 2015



ROMÃO & VICENTE

SROC, LDA.

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **GDA – Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes ou Executantes, CRL**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 22.015.505,04 euros e um total de capital próprio de 530.137,15 euros, incluindo um resultado líquido nulo), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **GDA – Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes ou Executantes, CRL** em 31 de dezembro de 2015 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas

Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com



acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de atividades**

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 17 de maio de 2017



**RV - ROMÃO & VICENTE - SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.**

Representada pelo Dr. Leonel Manuel Dias Vicente (Revisor Oficial de Contas n.º 963)



—— RELATÓRIO DE ATIVIDADES | **2015** ——